

“NÃO VIM PRA SER SOZINHA”: SOBRE A VIVÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NA UNIVERSIDADE, SILÊNCIO, POSSIBILIDADES DE FALA E COLETIVIDADE

“I DIDN’T COME TO BE ALONE”: BLACK WOMEN’S EXPERIENCES AT UNIVERSITY, SILENCE, AND THE POTENTIAL FOR SPEECH AND COLLECTIVITY

“NO VINE A ESTAR SOLA”: SOBRE LA VIVENCIA DE MUJERES NEGRAS EN LA UNIVERSIDAD, SILENCIO, POSIBILIDADES DE DISCURSO Y COLECTIVIDAD

Franciele Costa Silva¹

Resumo

O presente artigo tem como foco a discussão sobre a presença da mulher negra no espaço de poder, no caso, na universidade. Entende-se que historicamente esse espaço foi negado à população negra como um todo, devido à construção histórica brasileira de origem colonialista e, também, sexista, que se atualiza em sua prática capitalista. Nesse sentido, para além da inserção dessa população no ambiente da universidade, há que se pensar a permanência nesse espaço, considerando as violências estruturais do racismo, das questões de gênero e de classe quando se trata de mulheres negras. O artigo trata da vivência de mulheres negras no espaço acadêmico e as possibilidades nesse espaço, considerando os efeitos na saúde mental, que vão além da ausência de doença, e as construções coletivas dentro da universidade. O objetivo é pensar nas mulheres negras indo além da solidão, para o resgate histórico de mulheres negras e acadêmicas.

Palavras-chave: racismo; universidade; mulheres negras.

Abstract

This paper focuses on the discussion of the presence of black women in places of power, in this case the university. Historically, this space has been denied to black people, due to the historical construction of Brazil, with colonial and sexist origins, updated by its capitalist practices. Besides the insertion of this population into the university, there is the question of remaining in this space, considering the structural violence of racism, gender issues and class struggle, when the subject is a black woman. This research intends to think about the life of black women in academic spaces and its possibilities, considering the effects on mental health that go beyond the absence of illness and the collective constructions within the university. The goal is to think about black women beyond their loneliness and to rescue the history of academic black women.

Keywords: racism; university; black women.

Resumen

El presente artículo se centra en la discusión sobre la presencia de la mujer negra en el espacio de poder, en este caso, la universidad. Se entiende que históricamente ese espacio fue negado a la población negra en su totalidad, debido a la construcción histórica brasileña de origen colonialista y, también, sexista, que se actualiza en su práctica capitalista. En ese sentido, más allá de la inserción de esa población en el ambiente de la universidad, se debe pensar la permanencia en ese espacio, considerando las violencias estructurales del racismo, las cuestiones de género y clase cuando se trata de mujeres negras. El artículo trata de la vivencia de mujeres negras en el espacio académico y las posibilidades en ese espacio, considerando los efectos en la salud mental, que van más allá de la ausencia de enfermedad, y las construcciones colectivas dentro de la universidad. El objetivo es pensar en las mujeres negras yendo más allá de la soledad, para el rescate histórico de mujeres negras y académicas.

Palabras clave: racismo; universidad; mujeres negras.

¹ Mestranda em Psicologia Clínica pela Universidade Nacional de Brasília. Este texto foi produzido com financiamento da FAP/DF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9252-2134>.

1 Introdução

Ao considerar a minha vivência enquanto mulher negra, a vivência de tantas e tantos com os quais compartilho a vida, fazendo uma leitura da história dessas pessoas e das similaridades em que vivemos, por nossas semelhanças de origem, vejo que há um aumento da presença de jovens negros e negras na universidade, sendo as(os) primeiras(os) de suas famílias a ocuparem esse espaço.

Nesse ambiente universitário, além de se depararem com outro mundo de possibilidades, também se confrontam com as marcas de um lugar elitizado, racista e sexista. Devido a essas opressões, que se relacionam, há que se discutir e se pensar em estratégias para combater tais violências e tornar esse um ambiente emancipador para todas as pessoas, especificamente, nesse caso, para mulheres negras.

Mesmo com a contribuição importante de políticas afirmativas nas últimas décadas, no sentido da inserção e diversidade nos espaços universitários, ainda há entraves de várias ordens a serem enfrentados, devido às sujeições que se articulam e se atualizam na universidade, também. Há vários exemplos disso: a dificuldade de exercer plenamente as pesquisas por falta de referências; pela falta de pares que compartilhem desse lugar; pela negação das construções científicas como não saberes por outras pessoas dentro do ambiente acadêmico; por perseguições e pela solidão, frequentes nesse espaço. Sem esquecer da sobrecarga, que é uma realidade constante para mulheres negras, pelo acúmulo de funções desempenhadas e pela violência que perpassa a vida de mulheres e pessoas negras no Brasil.

Nesse sentido, parte-se do que explicita Lorde:²

Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frentes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você (Lorde, 1983, n.p.).

Nesse sentido — comprometidos com a mudança da sociedade em que vivemos, com a democratização da universidade e com a possibilidade de ações que levem à saúde mental de mulheres negras —, busca-se partir da posição de que essas pessoas precisam ser protagonistas de seu processo de emancipação, considerando que elas são atravessadas pelas realidades sociais que estruturam as instituições, como a universidade, em uma composição entre racismo,

² Audre Lorde (1934-1992) nasceu em Nova York e foi poeta, ensaísta, feminista interseccional e ativista. Ela costumava se definir como negra, lésbica, mãe, guerreira e poeta.

sexismo e capitalismo. Portanto, a trajetória acadêmica é marcada por desafios e possibilidades de enfrentamento para garantir o cumprimento dessa jornada. No caso específico das mulheres negras, vemos essas realidades se engendrando e constituindo suas formas de ser, estar e performar no mundo, afinal a “cultura é tácita [não formalmente expressa] e, portanto, altamente poderosa no processo de configuração da experiência emocional, dos processos psicológicos e mecanismos subjacentes a eles” (Zanello, 2018, p. 37).

Historicamente, as pessoas negras sofrem preconceito e racismo desde a “criação” do Brasil: desde o período de escravização e como ela foi “terminada”. Desde lá, os(as) negros(as) foram categorizados como inferiores, indignos e maus, enquanto a sociedade, apoiada na ciência eugenista e racista, construiu um imaginário em que o(a) negro(a) é visto e percebido(a) como pessoa não qualificada e que é objetificada (Moura, 1988; Souza, 1983; Almeida, 2020). Essas situações remontam aos períodos de escravização e são vivenciadas até hoje.

2 Metodologia

Pessoas negras vivenciam essas violências e são impossibilitadas de acessar direitos desde muito cedo, além de sempre terem como norma (padrão) as referências sobre o branco; não só branco, mas homem, burguês e heteronormativo, também. Sendo assim, por não serem brancos, as pessoas negras vivem, desde sua tenra idade, os efeitos de uma sociedade que cumpre seu objetivo de exclusão e extermínio de seus corpos objetivamente e subjetivamente. Por entender que a educação é uma via alternativa de subversão e de proteção frente aos enrijecimentos constituídos e estruturados historicamente, este trabalho procurará analisar como, mesmo em meio a situações adversas e desfavoráveis, as mulheres negras vivenciam a experiência no espaço acadêmico, diante de uma trajetória histórica pessoal e singular de resistência intensa.

Lélia Gonzalez³ traz essa concepção:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (Gonzalez, 1984, p. 224).

³ Lélia Gonzalez (1935-1994), mulher negra nascida em Minas Gerais, intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira. “Intérprete do Brasil”, pensadora das categorias de etnia, classe e gênero. Foi pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Olodum.

A escolha do tema diz respeito a uma percepção, que parte da experiência compartilhada de pessoas negras sobre os desafios na trajetória de escolarização, de permanecer na escola, que a cada dia vai afunilando suas permanências. No que diz respeito ao ensino superior, o desafio permanece e se torna ainda maior, principalmente pensando as sobrecargas impostas às mulheres, em especial, às mulheres negras.

Percebe-se, assim, a necessidade de verificar em quais condições se encontram as mulheres negras na universidade, quais estratégias e construções são necessárias para permanecer nesse espaço de poder, o que é necessário para respeitar a saúde mental dessas pessoas. Esse espaço tem se modificado ao longo dos anos, principalmente pela entrada de estudantes de outras realidades sociais, cores e vivências, mas ainda precisa se tornar um espaço que acolhe e não repele essas pessoas. Essas pessoas não podem se tornar apenas dados de evasão, que corroboram visões preconceituosas.

Nesse caso, a presença de minorias no espaço da universidade e, diretamente, de mulheres negras, reivindica e possibilita, também, o encontro de pares. Acredita-se que esses encontros fortalecem o enfrentamento às opressões e trazem contribuições para um ambiente ainda elitista, sexista e racista, mas também à sociedade como um todo, alcançando mais pessoas com as produções da academia.

3 Resultados e discussões

É notável o aumento de pessoas negras no espaço acadêmico ao longo dos anos, uma consequência da Lei das Cotas, como indicado por documentos do Ministério da Educação: “Em 2013, o percentual de vagas para cotistas foi de 33%, índice que aumentou para 40% em 2014. Do percentual de 2013, os negros ficaram com 17,25%. O número subiu para 21,51% em 2014” (Em três [...], 2015). Isso é resultado, também, de políticas de assistência aos estudantes, como: o Plano de Assistência Estudantil (PNAES); o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), nas universidades privadas; e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Mesmo assim, a porcentagem de estudantes brancos e brancas, de 18 a 24 anos, no nível superior é de 78,8%, enquanto a de estudantes negros e negras é de 55,6% (IBGE, 2019), o que ainda denota uma lacuna na relação de igualdade de acesso e permanência.

Nesse contexto, delineou-se o interesse em conhecer as relações de permanência, assim como de saúde mental de mulheres negras, pensando em questões que as influenciam para além do ingresso na universidade, considerando suas peculiaridades e atravessamentos. Um dado importante, por exemplo, diz que as mulheres têm um desempenho melhor na esfera da

educação do que os homens da mesma raça/etnia, mas, em contrapartida, homens brancos têm indicadores educacionais mais altos de conclusão do ensino médio (o que aliás é pré-requisito para o ingresso no ensino superior) do que as mulheres negras, sendo respectivamente 72% e 67,6% (IBGE, 2019).

No que constitui historicamente a sociedade brasileira, então, é preciso pensar esse marcador histórico, social, político, econômico e psíquico, que é a etnia. É o que elucida Almeida (2020) e corrobora ao pensar nas instituições, já que:

no caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder (Almeida, 2020, p. 40).

A cada ano, mais pessoas negras tem ocupado o ensino superior. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) apontam que, em 2018, 50,3% dos estudantes das universidades públicas eram negros. Mesmo com esse avanço e o acesso aos dados, deve-se recordar que isso ainda não representa a proporcionalidade da população brasileira, que é 55,8% negra. Nesse sentido, continuam sendo necessárias as políticas reparatórias para acesso de pessoas que historicamente foram privadas do acesso à educação e que incorrem em engenhosidades para manutenção do poder, como o conceito de meritocracia:

a existência de representantes de minorias em tais posições [de poder] seria a comprovação da meritocracia e do resultado de que o racismo pode ser combatido pelo esforço individual e pelo mérito. Essa visão, quase delirante, mas muito perigosa, serve no fim das contas apenas para naturalizar a desigualdade racial (Almeida, 2020, p. 109).

É preciso também trazer para mais pessoas quais são as movimentações e ações que já existem para preservar e possibilitar a permanência dessas e desses estudantes na academia de forma saudável — sejam elas institucionais, pessoais ou grupais. Assim, busca-se construir uma academia diversa e que de fato se construa e se comprometa para além da inserção inicial, que é muito necessária, mas que sozinha não é suficiente.

Nesse sentido, é preciso pensar na presença de mulheres negras a partir do questionamento e tensionamento dos lugares que historicamente e estrategicamente são pensados para elas. Uma retomada “capaz de mostrar a diversidade e superar preconceitos no âmbito educacional e profissional, pois a Educação é e será a melhor ferramenta para isso” (Oliveira, 2020, p. 6).

Como pontos positivos podemos trazer visões e construções diferentes da acadêmica, vindas das vivências e que tenham interesse em pesquisar temas de relevância social sem lidar

com as populações renegadas como mero objeto de pesquisa, mas como participantes. Isso se traduz no desejo de conhecer sua própria história, tendo profissionais negros e negras como referência para suas atuações profissionais e estudos. É o que Lélia Gonzales reafirma ao dizer:

O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 1984, p. 225).

Isso leva em consideração que a academia faz parte da sociedade e precisa se comprometer a mudar e contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária, que assume suas responsabilidades e não se fecha em si mesma. Considera-se importante, também, a abertura às mudanças que a sociedade precisa para não continuar reproduzindo violências, falta de acesso e responsabilizando de forma individual pessoas, mulheres negras, por suas possíveis dores e sofrimentos no espaço acadêmico. Isso ignoraria a construção de sociedade e do próprio espaço de saber acadêmico. É importante pensar, nesse sentido, nas realidades que as atravessam:

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o ‘tráfego’ que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem - as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Nesse ínterim, faz-se necessário pensar nesses atravessamentos e no que constitui ser mulher nessas relações de poder. É essencial trazer para a discussão a presença dos dispositivos amoroso e materno (Zanello, 2018) a que as mulheres são introduzidas desde sua “chegada” a um mundo que não é abstrato, portanto esses dispositivos são fundantes na construção do ser mulher em nossa sociedade.

Ancorados em vários artifícios, foram se constituindo espaços de pensamento, sentido — em vista do controle de seus corpos, escolhas e ações, amparados em determinismos biológicos — e de subjetivação para as mulheres: “não apenas de espaços/lugares de subjetivação diferentes, mas de implicação identitária diferenciada” (Zanello, 2018, p. 81). Chega-se à questão sobre o que seria a “norma” sobre o ser mulher e quais as consequências

negativas de não performar o esperado pelos detetores do poder, homens brancos, características que se perpetuam por acordos entre as várias masculinidades.

Dizer que as mulheres se subjetivam pelo dispositivo amoroso implica em sublinhar que elas se subjetivam em uma relação consigo mesmas mediada pelo olhar de um homem que as valide ou as escolhas... Essa prateleira é mediada por um ideal estético profundamente perverso, moldado do começo do século passado para cá: ele é branco, louro, magro e jovem. Quanto mais distante desse ideal, maior o possível impacto sobre a autoestima das mulheres (Zanello, 2018, p. 269).

Ao mesmo tempo em que, pensando nos contextos que atravessam a mulher negra e periférica mais especificamente, se concretiza, também, dessa forma:

É justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país) (Gonzalez, 1984, p. 231).

Os dados informativos sobre as Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2019) apontam que em todas as especificidades das populações, a população negra é a que mais sofre com a violência. Considerando a juventude, na faixa etária entre 15 e 29 anos, esses níveis de desigualdade são ainda mais alarmantes. Em 2017, os dados de homicídios de jovens negros corresponderam a 98,5, contra 34,0 de jovens brancos por 100 mil jovens. Isso não é aleatório, nós sabemos a cor dessa juventude que morre assustadoramente. Ao mesmo tempo, os dados de violência contra a mulher e o homicídio de mulheres também é maior quando as mulheres são negras, sendo quase o dobro do que de mulheres brancas: respectivamente, 10,1 e 5,2 por 100 mil habitantes.

Dados assim são normalizados, muitas vezes, evidenciando uma realidade infeliz que precisa ser modificada. Percebem-se falácias do tipo: “a população é em sua maioria negra, então faz sentido que ela seja a que mais morre também”. Em contrapartida, não existe estranheza quando essa população, por exemplo, tem índices ínfimos de acesso à educação. Principalmente no que diz respeito à educação superior, já que a essa altura da vida as mulheres negras já lidam com vários fatores do racismo estrutural, que, segundo Almeida (2020), tem sua base na diferenciação e na discriminação de certos grupos em detrimento de outros grupos étnicos e culturais. Esse racismo se norteia pelo poder exercido por um grupo em relação ao outro e é assegurado pelas bases da sociedade, de forma econômica, e pelas instituições.

Historicamente, nos séculos mais recentes e nas construções iniciais da sociedade que conhecemos atualmente, construíram-se espaços públicos de domínio de homens brancos, em que as mulheres brancas deveriam ocupar os espaços privados, e isso não se restringia aos espaços físicos, pensando de forma articulada as construções sociais com as subjetividades das pessoas nessa sociedade. Desse modo, “o fortalecimento do capitalismo trouxe mudanças políticas e sociais importantes para os homens brancos, não para as mulheres brancas, menos ainda para a população negra em geral” (Zanello, 2018, p. 125).

Destrinchando mais os dispositivos que agem fortemente e são estruturantes para as mulheres, considera-se o reforço da ideia da mãe como figura responsável pelo cuidado, que também teve mudanças históricas situadas no ocidente, com sua concepção de validação pela ciência e pela Igreja Católica — pensando em mais mão de obra para o capitalismo (Zanello, 2018). No caso das mulheres negras, que foram escravizadas e serviram também como mão de obra escrava por meio de seu trabalho doméstico, sendo vítimas de violências sexuais, percebe-se que existe, na realidade brasileira, uma atualização do que foi vivido ainda nos períodos coloniais (Gonzalez, 1984).

É o mesmo que se aponta sobre as profissões que atualmente são em sua maioria ocupadas por mulheres, as profissões mais mal remuneradas, pois consideram esse lugar de cuidado como se fosse inato a elas. Ao mesmo tempo que, quando se pensa em mulheres negras, essas profissões são ainda mais subalternas e remontam aos tempos de escravização (Zanello, 2018): empregadas domésticas, babás, faxineiras etc. Nessas interlocuções, mulheres negras trabalham mais e são sobrecarregadas do cuidado de suas famílias e de outras pessoas, além de receberem salários menores que homens brancos, mulheres brancas e homens negros, nessa ordem hierarquizada (IBGE, 2019).

Ao mesmo tempo em que as mulheres negras vivem mais essas violências em suas realidades, há, ainda como identitária, a necessidade de performar o cuidado de si para ser escolhida na prateleira do amor, ser desejada. Muitas vezes, a mulher negra se encontra sozinha ou é tida, ainda mais, como objeto sexual, inclusive pelo homem negro, e não como ocupante de um espaço de esposa ou namorada, em uma relação recíproca de cuidado:

ao serem subjetivadas na prateleira do amor, as mulheres se subjetivam em uma relação de rivalidade umas com as outras, pois ou se quer brilhar mais (para ter mais chance de ser “escolhida”) ou apagar o brilho alheio. Essa forma de amar é o principal fator de desempoderamento das mulheres, e por seu reverso, o principal fator de empoderamento e nutrição afetiva dos homens (Zanello, 2018, p. 269).

Essa mulher deve ocupar ao mesmo tempo esse lugar de mãe, cuidadora e providente, já que no caso das mulheres negras a solidão é uma realidade e não há um homem “provedor”. Sendo assim, ela deve se responsabilizar pelo cuidado de forma integral e não pode questionar ou sair do que se espera que ela desempenhe. Como se ouve de jovens negros, muitas vezes, “amor só de mãe”, isso os livra do comprometimento com o cuidado dessa mulher que tem que dar conta de tudo. Então, além do genocídio de jovens negros, que afeta também as mulheres negras, as condições financeiras, o racismo e o sexismo atravessam a vida das mulheres negras na sua vivência. Aqui, estamos questionando essas responsabilizações e culpabilizações que decaem principalmente sobre as mulheres e, de maneira mais pesada, sobre as negras.

Compreendendo a educação como forma de emancipação e considerando a relevância das Políticas Afirmativas — que reconhecem a falta de ação anterior do Estado e visam reparação e valorização das pessoas que ficaram à margem na obtenção de direitos, como a Lei de Cotas para as Universidades —, tem-se o dado do IBGE (2019) sobre o ingresso e a conclusão de curso superior quando se trata de pessoas negras e pessoas brancas: as pessoas negras correspondem à metade do percentual das pessoas brancas (18% de pessoas negras e 36% de pessoas brancas). Percebe-se que mesmo com a Lei há ações e movimentos que precisam ser feitos, pensados, construídos e corrigidos, bem como políticas públicas precisam ser promovidas para que abarquem essas dimensões de ser mulher e negra.

Justamente por saber que a educação é uma das grandes ferramentas na possibilidade de virada de vida, que protege das violências e amplia as possibilidades, entende-se que falar de mulheres negras e sua permanência no espaço acadêmico é falar de resistência, possibilidades e de construção de conhecimento partindo da vivência negra. Essa vivência está fora do normativo eurocêntrico da academia, que precisa ser pontuada e nomeada como é, atualmente, hegemônica e branca (Kilomba, 2019).

O espaço da universidade não é pensado ou formulado para a população que historicamente foi colonizada e subalternizada, em sua história recente e desde a criação do Brasil enquanto país. Por isso, “o esforço para que a população negra se aproprie do espaço acadêmico torna-se coletiva, não apenas por ser um espaço historicamente negado, mas também pela necessidade de quebrar o paradigma de um espaço inalcançável” (Borba *et al.* 2019, p. 138).

Na inclusão de mulheres negras no âmbito acadêmico, outro tema relevante — tanto em relação às condições socioeconômicas como em relação ao racismo e ao sexismo que se apresenta substancialmente como referência para sua identidade — é a questão da saúde mental. A saúde mental foi e ainda é, muitas vezes, considerada como um construto que diz respeito

apenas à vida individual da pessoa, de forma que quando falamos de saúde mental lembramos do seu oposto, da doença, ou do sofrimento psíquico. Muitas vezes, faz-se uma leitura apenas linear dessa saúde (ou falta de saúde mental). Saúde Mental, segundo a Organização Mundial de Saúde: “é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a sua comunidade” (WHO, 2018).

Ao pensar nisso, tendo como foco a saúde mental da população negra, e, em específico, de mulheres negras, não é possível pensar em uma saúde mental que não se relacione com aspectos da vivência social — da garantia e do acesso aos direitos, políticas públicas e serviços de saúde mental — e que não reproduza violências a essas mulheres, que são ensinadas a silenciar diante de conflitos e momentos de crise (Zanello, 2018). Por estarmos falando sobre mulheres negras, não se pode ignorar a trajetória de violência e de privação de direitos que diretamente interferem na saúde mental delas.

Sem considerar que os efeitos da saúde mental têm relação com a precarização dos direitos e com as impossibilidades anteriores às vivências na universidade, que lidam com as sequelas e com a liberdade que de fato ainda não chegou, a leitura da estatística pela estatística se torna uma reprodução dessa violência, do sexismo e do racismo. Lembrando que o Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão (Moura, 1988).

4 Conclusões, proposições e considerações

Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território.... Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico... A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (Nascimento, 1989 *apud* Ratts, 2007).

Ao se debruçar sobre a vivência de mulheres negras no espaço da universidade, é urgente pensar quais atravessamentos abrangem suas experiências e quantos deles, infelizmente os mais opressores, são ainda reforçados em campos de saberes considerados científicos, como a própria psicologia, que ainda não abdicaram de sua raiz racista, eugenista e classista (Zanello, 2018). Consideram-se os atravessamentos no trato com as pessoas, nas relações, e principalmente na fragilidade decorrente das frequentes violências a que são confrontadas as mulheres negras nesse espaço de poder, também. Pensando na relevância de uma psicologia que faça uma leitura de gênero que possa potencializar as pessoas, o cuidado e a atenção a essas demandas,

é primordial a realização de um estudo prévio (etnográfico, qualitativo) acerca das singularidades das interseccionalidades presentes em cada grupo ou comunidade (ou na biografia da pessoa), antes de propor ou realizar qualquer intervenção (Zanello, 2018, p. 274).

Essa postura se apresenta como recurso de preservação e potencializadora da saúde, não restringindo-a ao campo da psicologia, ou da educação, por exemplo.

É importante deixar bem nítido, como Neusa Santos Souza (1983) apontou, que não é suficiente se ver enquanto pessoa negra, mas é necessário se desfazer dessa imposição de tornar-se outra pessoa para caber nos espaços. Performar o que não se é só traz adoecimento e impossibilita a emancipação, ou uma libertação de fato. É preciso lutar para tornar-se quem se é, sem os engendramentos e engessamentos impostos, para se tornar de fato pessoa uma negra.

Trazer de volta essa saúde, resgata consigo os aspectos culturais e espirituais da ancestralidade do povo negro (Veiga, 2019). Por isso, é importante falar das estratégias que as mulheres negras lançam mão ao adentrar no ambiente acadêmico — que historicamente não foi pensado para ser ocupado por negras(os), indígenas, periféricas(os), população LGBTQIA+, pessoas trans etc. — que ainda se embasa, majoritariamente, em leituras e práticas colonizantes, que não consideraram construções históricas de etnia, classe e gênero. Sobre essa última, Zanello contribui:

A perspectiva de gênero tanto pode ser usada como instrumento de resgate identitário (com sujeitos em grave crise ou desorganizadas psicologicamente), quanto como desconstrutora de “verdades”/valores gendrados aprisionantes (e invisíveis), ajudando a nomear o mal-estar (consequente) e criando novas possibilidades de vir-a-ser (Zanello, 2018, p. 274).

A academia, ao perceber essa demanda, é instada a criar estratégias institucionais que não apenas assumam a responsabilidade pela permanência e não evasão das mulheres negras, mas também reflitam sobre a forma como estabelecem relações com essas pessoas em um ambiente ainda elitista e reprodutor de opressões. De modo que a academia tenha pessoas que falem para públicos diversos e sejam as mesmas pessoas a falarem sobre perspectivas de suas vidas que não as de sempre, de homens brancos. Como elucida Kilomba (2019), não é que pensadoras e pensadores negros não tenham falado, discutido e produzido, mas é que o racismo, enquanto sistema, e a academia, como parte dele, corroboram os saberes brancos, que consideram válidos de maneira universalizante.

Assim, pretende-se continuar com estudos que veem nas periferias, nas populações marginalizadas e, especificamente, nas mulheres negras, mais do que um objeto de pesquisa, “burro de carga”, objeto sexual ou fora do padrão, veem protagonistas desse longo e árduo

processo de transformação da sociedade brasileira e de suas vidas. Apesar das adversidades encontradas, que se transversalizam e se relacionam também no espaço da universidade:

O discurso das(os) intelectuais negras(os) surge, então, frequentemente como um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico. Um discurso que é tão político quanto pessoal e poético, como os escritos de Franz Fanon ou os de bell hooks (Kilomba, 2019, p. 59).

Ao considerar o que Moreira (2021) aponta, vemos a necessidade de a comunidade universitária se pensar e se construir também a partir do reconhecimento de seus privilégios, historicamente compostos sobre a opressão de outras pessoas, e de considerar a população negra e, em especial nesse artigo, as mulheres negras como construtoras de suas próprias trajetórias, elementos colaborativos nessa desconstrução do que temos como realidade imposta. Afinal, como aponta Veiga, “o encontro entre negros e negras é cura” (2019, p. 248).

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro/Jandaíra, 2020.

BORBA, C. A.; SILVA, F. M.; ROSA, S. Y. S. Negra e Acadêmica: A solidão no diálogo entre pares no espaço de poder. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 32, n. 2, p.129-145, jul./dez. 2019. DOI: doi.org/10.14393/CEF-v32n2-2019-7. Disponível em: seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/53010/28304. Acesso em: 29 jan. 2024.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução de Liane Schneider. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. DOI: doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011. Disponível em: scielo.br/j/ref/a/mBTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

EM TRÊS anos, Lei de Cotas tem metas atingidas antes do prazo. **Portal do MEC**, 28 ago. 2015, 18h23. Disponível em: portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30301-em-tres-anos-lei-de-cotas-tem-metas-atingidas-antes-do-prazo#:~:text=A%20Lei%20de%20Cotas%20nas,ensino%20que%20participam%20do%20sis tema. Acesso em: 2 fev. 2024.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzales em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana/Filhos de África, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 41, 2019. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LORDE, A. Não existe hierarquia da opressão. **Portal Geledés**, 29 maio 2015. Tradução de Renata. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MOREIRA, A. Vidas negras importam na universidade? o adoecimento psíquico de estudantes negras e negros. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/As Negros/As (ABPN)**, Curitiba, v. 13 n. 37, p. 123-150, jun./ago. 2021. DOI: 10.31418/2177-2770.2021.v13.n.37.p123-150. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1266/1181>. Acesso em: 29 jan. 2024.

MOURA, C. Cem Anos de Abolição do Escravismo no Brasil. **Revista Princípios**: Revista teórica, política e de informação, São Paulo, n. 15, p. 3-8, maio 1988. Disponível em: marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/015.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

OLIVEIRA, T. V. Cota racial na universidade como inclusão étnico-racial. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 15, p. 1-6, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/15/cota-racial-na-universidade-como-inclusao-etnico-racial>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RATTS, A. **Eu sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2007.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VEIGA, L. M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal**: Revista de Psicologia, Niterói, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019. DOI: doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/29000/20061>. Acesso em: 29 jan. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Mental health: strengthening our response. **WHO**, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response>. Acesso em: 29 jan. 2024.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.